

**CADERNETA AGROECOLÓGICA E AS AGRICULTORAS INDÍGENAS
TREMembÉ DA BARRA DO MUNDAÚ: PROTAGONISMO, AUTONOMIA E
IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE
RENDA**

Lauriane Castro do Nascimento¹

Fernanda Schneider²

RESUMO: As mulheres indígenas são importantes protagonistas na defesa do território, na manutenção da sócio-agro-biodiversidade, dos saberes e práticas relacionados ao convívio com a Terra, promovendo autonomia, soberania e segurança alimentar. Nesse sentido, a Caderneta Agroecológica, enquanto metodologia de visibilidade da renda e diversidade de produtos gerados pelas mulheres agricultoras, foi aplicada junto a cinco agricultoras indígenas Tremembé da Barra do Mundaú, com o objetivo de mensurar a renda gerada, com base nas anotações cotidianas do que foi consumido, doado, trocado e vendido, a quantidade e os valores, a partir do que é produzido por elas nos agroecossistemas e fora deles. Neste trabalho é avaliada a sistematização de 10 meses de anotação, em que são mensuradas as médias mensais, fazendo-se comparação entre as relações econômicas: consumo, venda, doação e troca, com R\$24.790,10; R\$17.333,00; R\$12.125,10 e R\$780,50 respectivamente, e é dado destaque para alguns produtos derivados da mandioca, pela importância na cultura alimentar do território e relevância econômica. A Caderneta contribuiu fortemente para a visualização da dimensão da produção das agricultoras indígenas, que se sentem mais empoderadas e reconhecem sua importância não só para as famílias, mas para todo o território.

Palavras-chave: mulheres indígenas; agroecologia; cultura alimentar; segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT: Indigenous women are important actors in defending the territory, maintaining the agro-biodiversity partnership, knowledge and practices related to living with the Earth, promoting autonomy, sovereignty and food security. In this sense, the Agroecological Booklet, as a methodology for the visibility of income and diversity of products generated by women farmers, was applied to five indigenous Tremembé farmers from Barra do Mundaú, with the objective of measuring the income generated, based on the daily notes of the that was consumed, donated, exchanged and sold, the quantity and values, based on what is produced by them in agroecosystems and outside them. This work evaluates the systematization of 10 months of notes, in which monthly averages are measured, making comparisons between economic relations: consumption, sale, donation and exchange, with R\$24,790.10; R\$ 17,333.00; R\$ 12,125.10 and R\$ 780.50 respectively, and emphasis is given to some products derived from cassava, due to their importance in the territory's food culture and economic relevance. The booklet contributed greatly to visualizing the scale of production by indigenous

¹ Mulher indígena, discente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)- E-mail: laurianecnascimento@gmail.com.

² Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)- E-mail: fernanda.schneider@unilab.edu.br.

farmers, who feel more empowered and recognize their importance not only for their families, but for the entire territory.

keywords: indigenous women; agroecology; food culture, food and nutrition security.

RESUMEN: Las mujeres indígenas son actores importantes en la defensa del territorio, manteniendo la alianza de agrobiodiversidad, conocimientos y prácticas relacionadas con la convivencia con la Tierra, promoviendo la autonomía, la soberanía y la seguridad alimentaria. En este sentido, la Cartilla Agroecológica, como metodología para la visibilización de los ingresos y la diversidad de productos generados por las agricultoras, fue aplicada a cinco agricultores indígenas Tremembé de Barra do Mundaú, con el objetivo de medir los ingresos generados, a partir del diario notas de lo que se consumió, donó, intercambió y vendió, la cantidad y los valores, en función de lo que producen en los agroecosistemas y fuera de ellos. Este trabajo evalúa la sistematización de 10 meses de notas, en los que se miden promedios mensuales, haciendo comparaciones entre relaciones económicas: consumo, venta, donación e intercambio, con R\$ 24.790,10; R\$ 17.333,00; R\$ 12.125,10 y R\$ 780,50 respectivamente, y se destacan algunos productos derivados de la yuca, por su importancia en la cultura alimentaria y relevancia económica del territorio. La Cartilla contribuyó en gran medida a visualizar la escala de producción de los agricultores indígenas, quienes se sienten más empoderados y reconocen su importancia no sólo para sus familias, sino para todo el territorio.

Palabras clave: mujeres indígenas; agroecología; cultura de la comida; seguridad alimentaria y nutricional.

1. INTRODUÇÃO

Da mãe terra brota a força das guerreiras Tremembé,
Oh mãe terra emana força,
emana fruto,
emana fé.
(Coletivo de mulheres Tremembé Protegidas de Orixás)

As mulheres indígenas, mesmo com sua importância, têm pouco reconhecimento e abordagens relativas a estas. Nota-se nas produções acadêmicas um limitado acervo que reflita a respeito da questão de gênero no contexto étnico indígena no Ceará, não pela falta de protagonismo das mulheres indígenas, pois estas estão organizadas por meio da Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará- AMICE, composta por lideranças e demais mulheres de todos os povos do estado e tem demonstrado uma importante capacidade de mobilização local, regional e nacionalmente (VIEIRA, 2019).

Conforme as indígenas Brulina Baniwa, Joziléia Kaingang e Giovana Mandulão da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade- ANMIGA (2023),

“o corpo-território³ precisa ser alimentado, nutrido, se desenvolver e se manter saudável. Por isso, a segurança alimentar é tão importante para os povos indígenas e, especialmente, para nós mulheres”. Correa (2018), mulher indígena do povo Xakriabá, aborda em sua dissertação a expressão “segurar a cultura” referindo-se à participação das mulheres do povo indígena Xakriabá/MG nos processos de retomada e produção da alimentação, não apenas para os filhos, mas para a cultura e a sustentabilidade do território, ratificando as concepções acerca da importância das mulheres Tremembé.

O povo Tremembé está presente em três municípios no Ceará: Acaraú, Itarema e Itapipoca, e ocupa quatro terras indígenas: Terra Indígena Tremembé de Almofala (Itarema), Terra Indígena Tremembé do Córrego João Pereira (Acaraú/Itarema), Terra Indígena Tremembé de Queimadas (Acaraú) e Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú (Itapipoca), totalizando uma população de 4.808 indígenas, da qual 629 se localiza na Barra do Mundaú (IBGE, 2022).

Conforme Franco (2012) no Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, “os Tremembé demonstram sofisticado conhecimento ecológico transmitido de geração a geração. As principais atividades produtivas desenvolvidas pelos Tremembé são agricultura, pesca e artesanato.” De acordo com a autora, “a agricultura é a principal fonte alimentar de origem vegetal e de carboidratos para os Tremembé”, portanto cultivam diversas espécies de interesse alimentar como a mandioca, feijão, batata doce e coco, além de outras de valor medicinal como boldo, capim santo, pião branco e roxo, e coletam espécies da floresta, como jatobá e murici.

Partindo desse pressuposto, Souza e Medrado (2015) afirmam que os saberes das populações tradicionais e povos indígenas sobre a natureza e sobre a agricultura, podem contribuir de forma determinante para a construção da agroecologia. Theodoro (2009, p.32) descreve que a agroecologia é uma construção de natureza local e diversificada que vai depender da natureza do ecossistema e das culturas das populações, mesmo seus princípios sendo de aplicação universal.

Portanto, a agroecologia agregada ao território Tremembé, compreende o alimento para além de um aspecto nutricional, sendo este uma forte expressão de sua identidade e tradicionalidade, relacionando as gerações do povo e fortalecendo a memória e relação com a

³(...) quando falamos de corpo-território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais, que carregamos heranças espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos... dizemos que, embora possamos estar em um outro lugar que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade... nos construímos nesse corpo-território desde que somos criança, desde o nosso nascimento (BANIWA; KAINGANG E MULATÃO, 2023).

terra (PINTO, 2018). O alimento é portanto, o elo entre indígenas e encantados⁴, é o que assegura diversos traços culturais e a própria coletividade.

Muitos desses saberes são ensinados e perpetuados pelas mulheres Tremembé, que têm importante atuação à frente da maioria das ações e relações estabelecidas dentro do território, demonstrando uma predominância matriarcal, que se consolida na liderança política, na gestão da educação escolar, nas práticas da medicina tradicional, da espiritualidade, etc. Na produção de alimentos e aspectos relacionados, são guardiãs das sementes, receitas, práticas e métodos que particularizam a agricultura do povo.

São diversos os alimentos e as técnicas de cultivo que envolvem a agricultura Tremembé, sendo perpetuadas também pelas mulheres, e algumas delas estão descritas no Inventário Participativo da Cultura alimentar Tremembé da Barra do Mundaú, construído por jovens e mulheres indígenas do território:

Ter o entendimento que antes do plantio precisa ser feito o preparo do solo, onde é feito o adubo orgânico com a folha do cajueiro, esterco e resto de alimentos. Ter o entendimento do tempo de plantar e colher, que no mês de janeiro se planta milho, feijão, roça (mandioca) e gergelim e já no final de abril, na estiagem do inverno, se planta batata, macaxeira e jerimum nos cercados (...) E que, no inverno, nas primeiras chuvas, não se planta, que se plantar na lua cheia ajuda a encher o alimento e na produção da mandioca dá mais goma e farinha (...) Tudo isto são saberes da nossa cultura alimentar Tremembé da Barra do Mundaú (CASTRO et al., 2021).

Assim, as mulheres indígenas são protagonistas no sustento e organização de suas famílias e do ambiente social (SANTOS E MACHADO, 2019). Concomitantemente, em todo Brasil, as mulheres indígenas têm forjado seu espaço de reconhecimento e luta em defesa da terra e da vida, visibilizando seu protagonismo e importância para os territórios e manutenção dos saberes e práticas culturais ancestrais.

A partir disso, nasce a necessidade de enaltecer o trabalho das mulheres da Barra do Mundaú na geração de renda, manutenção das práticas e saberes da cultura alimentar, preservação da agrobiodiversidade e soberania alimentar. Para isso, faz-se uso de um instrumento metodológico que tem demonstrado muito da importância das agricultoras e de seu trabalho em todo Brasil, a Caderneta Agroecológica.

A Caderneta Agroecológica foi criada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) junto com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas (CARDOSO et al., 2019), portanto é uma ferramenta que contribui diretamente com a autonomia das agricultoras.

⁴ Entidades que permeiam as ontologias de vários grupos, muitos deles ameríndios, sobretudo na região Nordeste do Brasil (GONDIM, 2016 p. 10).

É um instrumento que avalia a renda monetária e não monetária advindas do trabalho destas mulheres no campo, além disso, visa reconhecer seu trabalho e dar visibilidade a sua contribuição econômica e na segurança e soberania alimentar de suas famílias, muitas vezes invisibilizada pela própria família, agentes de Ater, órgãos do governo e para o sistema financeiro (NETO; LOPES; FEITAL, 2015).

Desse modo, a pesquisa tem por objetivo analisar o trabalho das agricultoras indígenas Tremembé da Barra do Mundaú por meio do uso das Cadernetas Agroecológicas. Análise que se embasa a partir da mensuração das rendas advindas da produção das agricultoras indígenas, utilizando os dados do que foi consumido, vendido, doado e trocado, demonstrando assim, a importância do trabalho das agricultoras indígenas na geração de renda e preservação da agrobiodiversidade e cultura alimentar Tremembé.

2. METODOLOGIA

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ESTUDO

O Povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú habita o município de Itapipoca, litoral oeste do estado do Ceará, distante cerca de 170 km da capital Fortaleza e conta com cerca de 160 famílias reconhecidas indígenas. O município é conhecido como “cidade dos três climas” por ter em sua geografia praia, serra e sertão, tem clima tropical quente semi-árido e Tropical Quente Semiárido Brando, conta com pluviosidade média anual de 1.130,4 mm e temperaturas médias entre 26° e 28° C (IPECE, 2011).

A Terra Indígena (figura 1) consiste num polígono delimitado pela margem esquerda do rio Mundaú, ao sul; pela faixa litorânea, a nordeste; e pela Vila dos Pracianos/Praia da Baleia, a oeste, somando a superfície aproximada de 3.580 hectares e o perímetro aproximado de 31,6 km (FRANCO, 2012). Atualmente o território encontra-se com seu processo demarcatório homologado, aguardando apenas a retirada de não indígenas e o registro, garantindo o usufruto permanente e exclusivo pelo povo (G1/CE, 2023).

O território é constituído de quatro aldeias: São José, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo, que contam com diversos recursos naturais, como manguezais, rio, córregos, dunas, matas, nascentes, tremedais e o mar, essenciais nos modos de vida das famílias. A escolha deste território nasce inicialmente por estar incluída nessa realidade, sendo eu uma mulher indígena desse território e pela referência que o povo é atualmente nas discussões e trabalho com a agroecologia e cultura alimentar. Tais experiências têm sido partilhadas e pesquisadas no Brasil e no Canadá por meio de parcerias com a Universidade da Integração Internacional

da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), The University of British Columbia (UBC) e a Trent University.

Figura 1- Mapa da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, Itapipoca.



Fonte: Idace (2023).

A Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, teve seu silenciamento étnico rompido em 2002, após séculos de ameaças e trabalho análogo a escravidão. Ao longo do século XX, o "tempo dos coronéis", os indígenas continuaram sofrendo forte pressão sobre a terra e os recursos naturais, cobiçados pelos não índios (FRANCO, 2012). Conforme a liderança Adriana Tremembé em entrevista cedida à agência de jornalismo investigativo “Pública”:

Nossos antepassados foram impedidos inclusive de falar que eram índios, porque os posseiros aqui dominavam tudo. Os nossos troncos velhos [índios mais idosos] nos contam como os posseiros chegavam e diziam pra eles que tinham comprado essa terra (...) Era aquela coisa dos coronéis, eles tinham que obedecer pra continuar vivo e pra ficar morando aqui e tiveram que se calar porque amavam a terra (...) Você tinha que dar metade de tudo que era seu. Se era da mandioca, tinha que dar metade da farinha, do milho, do feijão. Se vendesse fora, tinha que dar o dinheiro (TREMembé, 2015).

Com a chegada de um empreendimento turístico que almejava a expulsão das famílias e destruição de grande parte da biodiversidade das aldeias em 2002, o povo rompeu com a violência e o medo, reavivando sua identidade Tremembé e reivindicando a posse permanente e o usufruto exclusivo do território, como é assegurado na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988, art. 231, § 2º).

Apesar das muitas lutas como mais recentemente da ameaça de implantação de parques eólicos nas dunas e no mar, o povo se orgulha de suas conquistas, desde a educação escolar indígena, a saúde e o próprio território. Portanto, festeja a mãe terra e tudo que provém dela,

realizando diversas festas culturais coletivas, como a festa do murici e do batiputá, da farinhada e do alimento ancestral.

2.2. AS MULHERES INDÍGENAS TREMEMBÉ E A CADERNETA AGROECOLÓGICA

No debate de gênero, o território também é um exemplo para outros povos, em que as mulheres indígenas seguem organizadas e ocupam os mais diversos espaços de gerência, na liderança do povo, das famílias, na educação, na saúde, na espiritualidade, dentre outros. As mulheres atuam como rezadeiras, raizeiras, parteiras e cantoras de Torém (FRANCO, 2012), mantendo vivos os saberes e as cosmovisões do povo, que consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo, superando a lógica mercadológica advinda do capitalismo (BONIN, 2015).

O trabalho nasce através de uma parceria com o projeto “Território e Vida Tremembé: fortalecendo a Segurança Alimentar e Autonomia Indígena”, do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora- CETRA, financiado pela Manos Unidas, que objetivou promover a qualidade de vida do povo Tremembé, favorecendo a segurança alimentar/nutricional e o crescimento em autonomia de famílias indígenas chefiadas por mulheres a partir do acesso a tecnologias de convivência com o Semiárido (CETRA, 2023). O projeto com duração de um ano, de janeiro a dezembro de 2023, atuou no apoio a quintais produtivos, criações animais, prestação de assistência técnica, intercâmbios e aplicação de Cadernetas Agroecológicas, com mulheres agricultoras Tremembé.

O processo de pesquisa seguiu as orientações do Guia Metodológico das Cadernetas Agroecológicas elaborado em parceria com o Programa Semear Internacional, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola- FIDA (FIDA, 2020) e corresponde a uma pesquisa quali-quantitativa. Na Caderneta são registrados o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido de tudo o que é cultivado nos espaços de domínio das mulheres, quintais ou agroecossistemas (JALIL; CARDOSO; RODY, 2021).

O instrumento possui o formato de um caderno em espiral, podendo ser pendurado em um local de fácil acesso da agricultora, para garantir a agilidade na anotação das informações pelas próprias mulheres. Estas são orientadas a fazerem anotações diárias, contendo a quantidade, o produto e o valor de tudo aquilo que é produzido por elas, sendo um produto agrícola, processado, artesanatos e serviços (TELLES; ALVARENGA, 2021).

No território Tremembé foi feita a apresentação da Caderneta para as agricultoras contempladas pelo projeto do Cetra, deixando a critério delas vivenciar ou não a experiência até então não ocorrida no território. Deste modo, foram sete mulheres indígenas a receber as cadernetas, que seguem em monitoramento durante um ano agrícola, duas delas de março de 2023 a fevereiro de 2024 e as demais cinco, de maio de 2023 a abril de 2024. Para esse trabalho serão considerados somente os dados de maio de 2023 a fevereiro de 2024, 10 meses.

Após a entrega, foi realizada uma formação para explicar como pode ser feito o preenchimento, o que consiste e a importância da Caderneta Agroecológica para visibilizar seus trabalhos enquanto agricultoras indígenas. Desde a aplicação da ferramenta, mensalmente foram feitas visitas nas residências das mulheres, com o intuito de dialogar sobre a experiência, possíveis dificuldades e vantagens que têm observado, bem como, para coletar os dados e realizar a tabulação e sistematização prévias. Ressalta-se que nas sobrecargas diárias com as famílias e o território, as mulheres deixam de anotar alguns produtos, logo a análise considera apenas aqueles dados que constam nas anotações, apesar das subnotificações.

O processo de construção teve como objetivo principal não apenas o resultado, mas sim o processo de construção do conhecimento que é realizado coletivamente (JALIL; SILVA E OLIVEIRA, 2019). Assim, a experiência com a Caderneta pelas mulheres Tremembé, perpassa os dados obtidos, sendo um processo de fortalecimentos das relações e dos saberes, evidenciando a potencialidade da coletividade e organização das mulheres do território, que juntas mantêm vivas as práticas de manutenção da vida. Práticas que não tratam somente da reprodução do povo, mas da vida da terra e de toda biodiversidade.

Após a sistematização de todos os dados, foi feita uma análise coletiva do processo com as mulheres participantes da experiência, lideranças e outras companheiras, destacando a renda média que cada uma gerou, a renda por relação econômica (consumo, doação, troca e venda), e a diversidade do que produziram. Cada uma partilhou as dificuldades e percepções sobre a Caderneta, e sobre a importância de visibilizar e fortalecer o trabalho das mulheres indígenas Tremembé, compreendendo o dimensionamento do que produzem e geram.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A manutenção e a luta pelo território são essenciais para a garantia de autonomia dos povos indígenas, mas também é abordagem central para o debate e as ações em torno da agroecologia (SOUZA E MEDRADO, 2015). Nessa perspectiva, o povo Tremembé, como

outros povos, embasa a agroecologia, que vem a agregar as práticas, saberes e cosmologias, além também das lutas pela regularização fundiária, contra a exploração e pela vida.

A maior parte da produção de alimentos no território indígena Tremembé da Barra do Mundaú é feita pela família, onde mulheres, homens, jovens, crianças e idosos têm suas atuações de formas diversas. No entanto, quando se faz o recorte da produção da mulher, a questão primordial é compreender como muitas das vezes esta é invisibilizada e descredibilizada. As mulheres participam na produção juntamente com a família, nos cultivos anuais e semiperenes, por exemplo, seja no quintal agroecológico ou roçado, e ainda protagonizam diversas outras atividades, como nos cuidados das criações animais, no cultivo de plantas medicinais para remédios tradicionais, nas colheitas de plantas perenes, como o caju e a siriguela, na colheita de frutos nativos na mata e no processamento e transformação dos alimentos.

É importante destacar que a Caderneta até então, era uma metodologia desconhecida pelas mulheres Tremembé, que de início não compreenderam sua dimensão e tiveram receio de não conseguir manter o processo de anotação, haja vista as sobrecargas que mantém e as dificuldades com escrita que a maioria tem. No entanto, o processo de sensibilização fez com que algumas delas aceitassem vivenciar esse processo, para visualizar sua produção e importância, mas principalmente pela abordagem a respeito da dimensão coletiva, pois representa muito sobre a realidade do território e a vida das indígenas. Algumas das dificuldades foram apresentadas por elas.

Era uma coisa que a gente não trabalhava, a gente não tinha essa prática de anotar realmente, e quando recebe assim é muito desafiador, porque é aquele compromisso, tem que anotar... E assim pra nós que tem pouca escrita, fica mais difícil né, assim a gente se perde, muita vez precisa da ajuda dos outros, mas deu certo terminar. (A. C. C., 45 anos)

No começo eu não queria até deixei bem ciente... Eu to morando a pouco tempo na minha casa, então assim, o que eu plantei ainda vai dar frutos, ta pequeno ainda, mas mesmo assim eu me surpreendi com algumas coisas, claro que ainda me perdi no meio, mas acho que deu certo né. (J. V. S., 22 anos)

Das sete agricultoras que iniciaram a experiência, duas não constam na análise, por não conseguirem dar seguimento às anotações. A partir dos dados tabulados e sistematizados das demais cinco agricultoras durante dez meses, foram feitas as análises das rendas, relações econômicas e alguns produtos de maior expressividade, possibilitando a visualização da dimensão do que as agricultoras indígenas Tremembé produzem em seus agroecossistemas, podendo-se observar a predominância das relações não monetárias frente à monetárias. No

caso das não monetárias são: consumo, doação e troca, e monetária, a venda, conforme é citado no Guia metodológico da Caderneta Agroecológica (CARDOSO et al., 2017).

No processo de análise dos dados foi registrado um total de R\$55.028,70, perfazendo uma média de R\$11.005,74 por agricultora, considerando os dez meses de análise de todas as relações econômicas. Valor bastante satisfatório que reconhece e demonstra a importante atuação das mulheres indígenas na autonomia financeira e produtiva de suas famílias, assegurando uma renda de forma contínua, que pode ser visualizada na figura 2, que apresenta a renda média mensal das cinco agricultoras.

Figura 2- Renda média mensal das cinco agricultoras indígenas Tremembé, de maio/2023 a fevereiro/2024.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

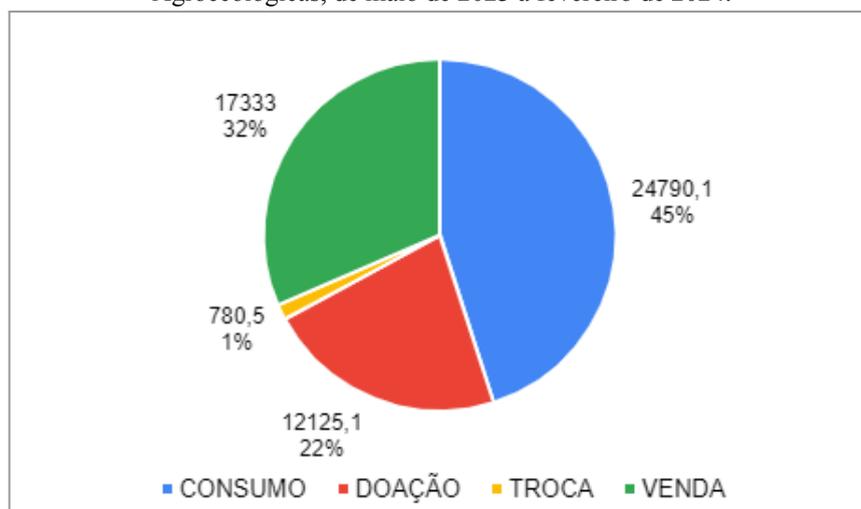
Constata-se que há certa variação da renda média mensal entre os meses, sendo maior em junho, setembro, dezembro e fevereiro, com R\$1.373,74; R\$1.232,96; R\$1.257,63 e R\$1.257,28, respectivamente. Pelo observado nas anotações, essa variação ocorre devido ao aumento das vendas de alguns produtos, como a goma e farinha d'água, que têm maior valor e são comercializados em maior volume pelas mulheres. Já os meses de agosto e janeiro têm as menores médias com R\$898,65 e R\$630,24, possivelmente pela menor comercialização desses produtos.

É importante destacar que a maior parte desses valores mensais resultante da produção das mulheres, é de produtos com destinação ao consumo das famílias, que têm na agricultura agroecológica indígena, sua principal fonte de alimento, juntamente com os produtos da pesca artesanal, que não consta nas anotações, por elas não estarem envolvidas no processo, mas que cotidianamente estão em seu consumo e de todo o território, portanto retratam a autonomia alimentar e produtiva do território. A atuação das mulheres nesses processos produtivos é determinante, pois são as protagonistas, desde o plantio até o preparo das receitas. No Inventário Participativo da Cultura Alimentar narram sobre “o saber-fazer culinário das mulheres Tremembé da Barra do Mundaú”:

As mulheres têm grande importância para a culinária tradicional Tremembé da Barra do Mundaú. Elas são as grandes mestras, guardam saberes e práticas culturais repassadas de geração em geração por avós, mães, tias, filhas, netas e que não se aprende na educação formal, mas no dia a dia. Estas práticas e conhecimentos garantem não só a preservação do nosso patrimônio alimentar, como a segurança alimentar e nutricional nas Aldeias (SOUSA et al., 2021).

Essa primeira experiência das mulheres Tremembé com a Caderneta Agroecológica, configura uma possibilidade de mensurar a importância não somente do trabalho, mas também dos saberes dessas guardiãs, que alicerçam a cultura alimentar do povo e que através das categorias: consumo, doação, troca e venda, demonstram a solidez de suas experiências com relação ao alimento. Desse modo, foram comparadas as relações econômicas por meio dos dados de todas elas, sendo possível observar as variações por relação econômica na figura 3, destacando o consumo como relação mais expressiva.

Figura 3- Valores totais da produção em Reais (R\$) e % por relação econômica (Consumo, Doação, Troca e Venda) das agricultoras indígenas Tremembé da Barra do Mundaú, Itapipoca, coletados nas Cadernetas Agroecológicas, de maio de 2023 a fevereiro de 2024.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Considerando essas relações, o consumo corresponde a 45% do total produzido pelas agricultoras indígenas, somando R\$24.790,10, denotando a forte autonomia e soberania alimentar dessas famílias e ocupando quase metade da destinação de seus alimentos. Para as agricultoras e o povo Tremembé, o alimento é algo sagrado que para além de nutrir o corpo, mantém viva a memória dos ancestrais e conecta com os seres encantados, sendo este um importante pilar da cultura e sociabilidade do território. Com isso adota o termo “cultura alimentar”, criado e conceituado pela ativista indígena e cozinheira, Tainá Marajoara.

A cultura alimentar tá diretamente ligada à identidade, ao patrimônio genético, aquilo que nos faz reconhecer enquanto povos e nossos territórios, é o que nos dá nosso pertencimento, é garantidora da nossa saúde, da nossa saúde integrada a natureza (...) a nossa luta é pelo nosso patrimônio alimentar (...) a luta pela cultura alimentar é a luta pela vida, é a luta pelas políticas públicas culturais, reconhecendo o valor cultural do alimento (...) a

dominação simbólica atinge o gosto, atinge a universidade. Uma dominação intelectual sobre nós, sobre as nossas técnicas de cozinha, de preparo e de manejo da biodiversidade. A cultura alimentar é democrática, é agregadora (...) ela também é contemporânea, a cultura não é estática (...) a extinção do alimento e a extinção da vida, também passa pela boca (MARAJOARA, 2016).

Em entrevista cedida ao Brasil de Fato, Mateus Tremembé, jovem pesquisador da cultura alimentar Tremembé, fala que os troncos velhos (idosos) da Barra do Mundaú dizem sempre que “- nós somos os daquele tempo e os daquele tempo são os de hoje -, então se nós somos os daquele tempo, precisamos consumir o que os daquele tempo consumiam para que nossa identidade, nossa espiritualidade e nossa ancestralidade permaneçam viva” (TREMEMPÉ, 2022). É baseado nessa compreensão, que o objetivo primário dos alimentos produzidos, é o consumo familiar e coletivo do território.

Para além dessa importância no consumo, o alimento é fonte de renda e de autonomia financeira, principalmente para as mulheres, que gerenciam e garantem a segurança alimentar e nutricional das famílias. A segunda maior relação econômica é a venda, com 32%, contabilizando R\$17.333,00 do produzido pelas agricultoras. Essa relação representa a renda monetária gerada por essas mulheres, em parceria com suas famílias, que comercializam geralmente o excedente das produções, vendendo dentro das aldeias, nas comunidades vizinhas, em feiras e em poucos casos para atravessadores, sobretudo alguns produtos específicos, como a castanha, o coco e a renda de bilro.

De acordo com Silva e Filho (2022), a renda de bilro chega ao Brasil juntamente com os colonizadores, sendo um artesanato produzido com linha enrolada no bilro, material feito do fruto do tucum com palitos de madeira, apoiada no papelão com furos que direcionam o desenho, usando espinhos de mandacaru para fixar os pontos da renda. Há ainda uma almofada preenchida com folha de bananeira e um pequeno caixão de madeira, que possibilitam a confecção das peças. É uma atividade feita e ensinada por gerações de mulheres, e no território Tremembé é ressignificada, fortalecendo as relações e as práticas culturais, que em um “render” constante e coletivo perpetuam os saberes e oralidades.

Seguindo na figura 3, a doação conta com R\$12.125,10, correspondendo a 22%, valor bastante significativo, que ganhará destaque para além do valor econômico, mas sobretudo pela simbologia desse dado. Para o povo Tremembé, a coletividade é o que dá sustentação a sua organização e identidade, portanto, a partilha é o ponto de união e representação dessa coletividade e reciprocidade, sendo por meio da doação de seus alimentos que uma família cuida da outra, pois o que advém da terra precisa ser dividido. Sendo assim, se orgulham de partilhar seu alimento, mesmo quando a produção é pequena.

É por meio do princípio de reciprocidade que, em muitas comunidades rurais, o acesso ao conhecimento, aos alimentos, serviços e infraestrutura é possível, pois caso fossem mediados estritamente pelo mercado, boa parte das famílias não teria condição de acessá-los. (ALVARENGA et al., 2021). Além disso, as práticas de doação ou troca de alimentos, mudas e sementes possibilitam a propagação das espécies nos territórios, contribuindo enormemente para a preservação da agrobiodiversidade (WEITZMAN, SCHOTTZ E PACHECO, 2021).

A troca é a relação que apresenta o menor valor, apenas 1%, somando R\$780,50. Esse dado corrobora com outros trabalhos sobre as Cadernetas Agroecológicas em que a troca obtém as menores porcentagens, como na base de dados da Caderneta construída com informações de 299 cadernetas agroecológicas utilizadas durante 12 meses em 16 estados da federação, abrangendo 4 regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul), em que a troca é apenas 3% das anotações do total das mulheres (ALVES et al., 2018). No caso das agricultoras indígenas, estas explicam que preferem doar do que trocar os alimentos que produzem, fazendo-a em casos específicos, como por serviços e peixe, alimento fundamental da cultura alimentar Tremembé.

Considerando a importância e poder de transformação de realidades que a Caderneta tem desempenhado, Jalil, Cardoso e Rody (2021) afirmam que:

Os dados sistematizados das Cadernetas apontam os desafios da produção; a importância do que é trocado e doado pelas mulheres, alimentando as relações de solidariedade nas comunidades; a importância da produção para o autoconsumo na manutenção da segurança alimentar e nutricional das famílias; a diversidade da composição da renda gerada pelas mulheres; e, ainda, trazem visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas.

Segundo as autoras, com o processo de anotação na Caderneta, as agricultoras são protagonistas, inclusive como as pesquisadoras e sistematizadoras de sua própria realidade. Com as agricultoras indígenas Tremembé é evidente esse protagonismo, que se faz na observação e sistematização de sua produção, fortalecendo sua autonomia e despertando em outras mulheres a compreensão da particularidade do que fazem à frente de suas famílias e da representação do povo. Assim avaliam a experiência com a Caderneta importante e transformadora.

É importante, porque às vezes a pessoa esquece né, as coisas que a gente vende, dá, come...tem muitas coisas que a gente esquece. Foi bom né a gente aprender, ter essa caderneta em casa, às vezes a pessoa não sabe o quanto faz durante um ano, e anotando na caderneta, quanto que num vai dar né? (V. A. S., 53 anos)

Se a gente for prestar atenção, quantos reais a gente num tem feito né, e tem pegado né, porque pra isso aí, farinha, goma, e essas coisas tudo né... eu achei que é muito dinheiro. (M. I. R., 54 anos)

Anotando a gente ver que o cálculo é bem maior do que a gente imagina. (R. V. S., 53 anos)

A cultura alimentar Tremembé agrega uma grande diversidade de técnicas, modos e alimentos, dentre eles a mandioca, a qual é feita a farinha, realizada por todo o território e que na pesquisa com a Caderneta ganha destaque nas anotações das mulheres. Alguns de seus produtos são responsáveis pelas maiores rendas, pois seu consumo ocorre cotidianamente nas refeições da família, e são os produtos mais consumidos, vendidos, doados e trocados. Na figura 4A é feito o destaque de seis desses produtos e subprodutos derivados da mandioca.

Conforme Sousa et al.(2021), as casas de farinha são espaços coletivos onde as famílias se encontram para raspar mandioca, espremer, fazer farinha e comer muitas comidas tradicionais, portanto, são um dos principais ambientes de protagonismo das mulheres, que gerenciam e realizam a maior parte do processamento. Conforme os autores que são da Terra Indígena, atualmente nas quatro aldeias há dezenove casas de farinha ativas, em que recebem a mandioca e fazem a farinha (branca⁵ e d'água⁶), goma, borra, carimã⁷, crueira⁸, manipueira⁹ e outros produtos importantes da cultura alimentar. Pela tamanha importância da prática, o povo faz a festa da Farinhada anualmente, envolvendo diversas outras manifestações culturais. O grupo de dança Defensoras da Mãe Terra canta: “Vamos celebrar a festa da cultura alimentar... Vou chamar as Defensoras da Mãe Terra pra dançar, pra raspar a mandioca e a massa peneirar, pra fazer a farinha para nos alimentar”.

Na figura 4A, destaca-se os produtos derivados da mandioca com maior expressividade na Caderneta em todas as relações econômicas, inclusive quando comparados com outros alimentos. Nas anotações das agricultoras, constam 10 derivados da mandioca: goma, farinha d'água, farinha branca, borra, carimã, massa, tapioca, bolo de goma, bolo de carimã e o colorau, posto nessa categoria por ter a farinha branca como ingrediente fundamental na produção, de acordo com o modo de fazer do povo Tremembé. Dos 10, seis são destacados, considerando-se sua relevância econômica. Já na figura 4B é traçado um comparativo entre os produtos derivados da mandioca e os demais produzidos pelas mulheres Tremembé.

⁵ “Chamada comumente de farinha de mandioca, é aquela resultante do processo de retirada da casca da mandioca, trituração, prensagem e torra.”

⁶ “Conhecida como puba, amarela ou d'água, é aquela em que a mandioca é deixada na água para amolecer, sendo depois levada ao serrador, prensa e forno de torrar, resultando em um produto diferente da farinha branca.”

⁷ “Produto da mandioca amolecida na água, que passa apenas pela trituração e algumas etapas de lavagem. É muito utilizado para produzir bolo e mingau.”

⁸ “Resíduos da massa de mandioca prensada para a farinha branca, que quando é levada para a peneira sobra por ser maior.”

⁹ “Líquido que sai quando a massa da mandioca é prensada.”

Figura 4A: Principais produtos derivados da mandioca e a renda gerada por cada um (em Reais (R\$)).

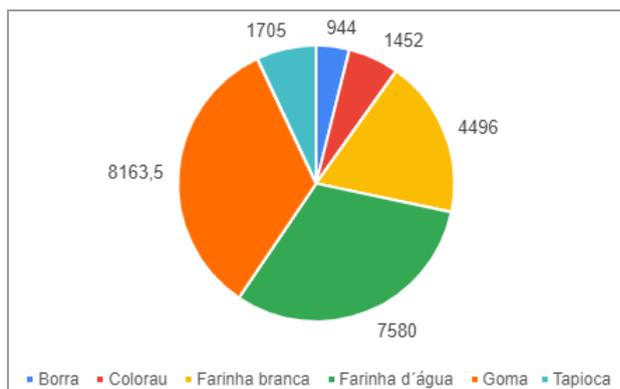
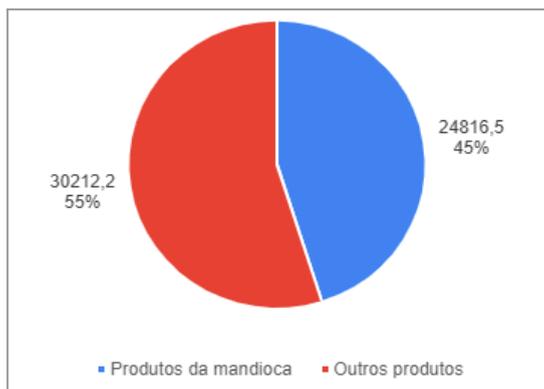


Figura 4B: Comparação entre a renda gerada pelos produtos derivados da mandioca e os demais produtos produzidos pelas agricultoras.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

O produto que mais gerou renda foi a goma, com R\$8.163,50 para as agricultoras, já que também é o que tem maior valor dentre os destacados, com cerca de R\$8,00 o litro. É geralmente usada para produzir a tapioca, o grolado e o bolo de goma, preparado na folha da bananeira. Em seguida a farinha d'água, com preço por litro de R\$5,00 totalizando R\$7.580,00, é muito utilizada para farofas, pirão de peixe e outras combinações alimentares. Com R\$4.496,00 vem a farinha branca, com valor de R\$3,00 o litro, é utilizada para fazer farofa, pirão, mingau, na alimentação animal e outras receitas tradicionais, como a tiquara¹⁰ e o aluá de murici¹¹. Posteriormente, gerando R\$1.705,00 apresenta-se a tapioca, com preço em torno de R\$20,00 a unidade, e é consumida geralmente com o peixe, seguida pelo colorau com uma renda de R\$1.452,00, com o litro a R\$50,00, é um produto feito com farinha branca, urucum e óleo, utilizado para dar cor aos alimentos cozidos. E por fim a borra, subproduto da fabricação da goma, utilizado também para tapioca e grolado¹², contabilizando \$944,00, sendo seu valor por litro de R\$4,00.

Esses seis produtos contabilizaram uma renda de R\$24.340,50, que com os outros quatro somaram R\$24.816,50, o equivalente a 45% do total da renda das mulheres, ou seja quase a metade, conforme apresentado na figura 4B. Enquanto isso, os demais 65 produtos

¹⁰ “Produto feito com água e polpa de coco verde misturados com açúcar e farinha branca de mandioca.”

¹¹ “Suco do fruto murici misturado com farinha branca de mandioca.”

¹² “Produzido com goma ou borra úmida, misturada com coco, é levado ao fogo e mexido, formando algo semelhante a uma farinha com estruturas maiores e granulares.”

somaram R\$30.212,20 correspondendo a 55%, dentre esses estão alguns produtos de origem animal como a galinha, porco, ovos e carneiro; frutas como o coco verde e seco, caju, seriguela, bananas (maçã, pacovã, casca verde, coruda e nanica), limão e melancia; hortaliças como o coentro, cebolinha e pimentão; processados como a cocada, lambedor, óleo de coco e de batiputá; plantas medicinais como o capim-santo, boldo e cidreira; outros alimentos como o milho, feijão e jerimum; e o artesanato como peças de renda de bilro.

Com todo o exposto, é importante destacar a participação das mulheres indígenas na construção de um movimento agroecológico mais justo e integrador. “A perspectiva agroecológica expõe a relevância das agricultoras na construção e manutenção de sistemas agroflorestais, quintais, hortas, manejo da criação de animais, entre outros sistemas produtivos” (FERREIRA; MATTOS, 2017). Desse modo, abordam que o feminismo dentro do movimento de agroecologia contribui para pensar outras questões além daquelas tecnológicas, produtivas e ambientais, dando maior evidência para as questões sociais, entre elas a luta por justiça e equidade de gênero.

A Caderneta Agroecológica, é a materialização da convergência entre a reflexão teórica e a prática política feminista, resultando em um instrumento simples, que reconhece a participação das mulheres nas diferentes esferas produtivas (TELLES; ALVARENGA, 2021). De acordo com Ferreira e Mattos (2017), o resultado do encontro da agroecologia com o feminismo tem um efeito sinérgico no enfrentamento de dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural, ampliando os alcances tanto da agroecologia quanto do feminismo.

Soares (2018) indígena mulher do povo Karipuna, vem refletir sobre o movimento de indígenas mulheres e a existência ou inexistência de um feminismo indígena, visto que os debates e opressões que as indígenas mulheres passam são de origem e natureza distinta daquelas que atingem as mulheres não indígenas, apesar de partilhar alguns debates, como a equidade de gênero e a luta contra as violências. Conforme a autora “reivindicamos, por exemplo, o direito à vida e a cura da Terra”, reafirmando que o movimento de indígenas mulheres a nível nacional, não se declara como movimento feminista. Sendo assim, “o movimento de indígenas mulheres é pintado de jenipapo e urucum e vem antes de quaisquer outros movimentos, sejam estes feministas ou não”.

Assim como a autora fala não presenciar qualquer mulher do seu povo se declarar feminista, as mulheres Indígenas Tremembé da Barra do Mundaú também não se apresentam como tal, muitas por desconhecer o termo, mas sobretudo por pensarem semelhante a parenta Karipuna e outras demais. Compreende-se que a realidade e o protagonismo das indígenas Tremembé se faz em uma perspectiva feminista, considerando as particularidades e percepções,

no entanto, estas compreendem que seus processos perpassam qualquer lógica ou definição, mesmo as do feminismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres Tremembé da Barra do Mundaú são exemplos de protagonismo e de atuação a frente das lutas territoriais, mas também de suas famílias, promovendo autonomia e segurança alimentar, a partir de seus saberes quanto aos modos de plantar, colher e preparar os alimentos da cultura alimentar Tremembé. Dessa forma, não somente alimentam as famílias, mas a memória e identidade, gerando renda e diversidade a partir do que produzem nos agroecossistemas, fatores evidenciados por meio da Caderneta Agroecológica, denotando a importância que as indígenas têm, e as diferentes compreensões acerca do alimento e da própria agroecologia, que perpassa o ato de cultivar, dialogando com tudo relacionado ao povo e seus modos de viver.

É importante abordar que a compreensão de família pelos povos indígenas é distinta daquela imposta pelo modelo colonial, não correspondendo unicamente aqueles que dividem a mesma casa, vai além disso. Assim como a compreensão de consumo e doação, pois quando é partilhado com outras pessoas em sua casa ou para a coletividade, compreendem como consumo, não como doação, por estarem inseridas. Mas apesar disso os valores de doação se mostram bastante expressivos, o que reforça as relações de solidariedade presentes nos modos de ser e conviver Tremembé. Portanto, os dados da Caderneta, apesar de não especificar essas compreensões, refletem os valores e modos de vida do território Tremembé.

Outro fator é o trabalho doméstico e de cuidado, que não são contabilizados, porém correspondem a maior parte do trabalho dessas mulheres, que desde o acordar asseguram não só o alimento, mas o cuidado e atenção para com todos da família e demais pessoas do território. Quando compreendem que seu trabalho perpassa seu quintal, buscam se fortalecer juntas umas das outras, porque sua resistência é sobretudo pela mãe Terra e pela garantia do bem viver. Então quem cuida das mulheres indígenas? A Terra. O território Tremembé tem um lema usado na Festa do Murici e do Batiputá, realizada anualmente pelo povo, “A Terra é nossa mãe, ela cuida de nós e nós cuidamos dela”, então quando ninguém mais cuida das mulheres indígenas, a Terra lhes dá forças e sustentação.

A Caderneta Agroecológica com as agricultoras indígenas Tremembé, se mostrou uma metodologia importante para a visibilidade da produção e do protagonismo dessas mulheres, que são guardiãs de diversos saberes e processos, contribuindo também para que essas

visualizassem o quanto geram de renda e de diversidade. A partir da experiência evidencia-se que as mulheres indígenas produzem sim e produzem muito, apesar das violências e apagamentos, contudo o que consideram mais importante é que por meio dessa pesquisa está sendo visibilizada a realidade do território Tremembé da Barra do Mundaú e toda força das mulheres indígenas, portanto vem a fortalecer a luta e coletividade do povo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, C.; TELLES, L.; FREITAS, A. F.; CASTRO, N. L.; BRAGA, C. **Refletindo sobre o protagonismo econômico das mulheres agricultoras: uma perspectiva substantiva.** *In: Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles.* Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.

Disponível em:

<<https://bibliotecasemiariados.ufv.br/bitstream/123456789/395/1/Texto%20completo.pdf>>.

Acesso em: 27/05/2023.

ALVES, L. M.; ALVARENGA, C.; CARDOSO, E.; CASTRO, N.; SAORI, S.; TELLES, L. **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil.** Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Minas Gerais, 2018.

BANIWA, B.; KAINGANG, J.; MANDULÃO, G. **Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!** Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade-ANMIGA. Organização Kassiane Schwingel. – Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia : Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BONIN, I. Cosmovisão Indígena e Modelo de Desenvolvimento. **Conselho Indigenista Missionário.** Encarte Pedagógico V – Jornal Porantim, 2015. Disponível em :

<<https://cimi.org.br/cosmovisao-indigena-e-modelo-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 25/04/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02/02/2024.

CARDOSO, E.; JALIL, L.; TELLES, L.; ALVARENGA, C.; WEITZMAN R. **Guia metodológico da caderneta agroecológica.** Recife: FIDA, 2019. Disponível em:

<<http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Guia-de-uso.pdf>>. Acesso em: 27/05/2023.

CASTRO, G. S.; CASTRO, G. S.; CASTRO, K. S.; BARBOSA, M. C. S.; SILVA, M. C. Modos de Cultivar. *In: PIERONI, G. (Org).* **Inventário Participativo da Cultura Alimentar Tremembé da Barra do Mundaú.** São Paulo: Associação Slow Food do Brasil, 2022.

CETRA. **Território e Vida Tremembé: fortalecendo a Segurança Alimentar e Autonomia Indígena.** Cetra, Fortaleza-CE, 2023. Disponível em:

<<https://cetra.org.br/projeto/territorio-e-vida-tremembe-fortalecendo-a-seguranca-alimentar-e-autonomia-indigena/>>. Acesso em: 12/06/2023.

CORREA, C. N. (Célia Xacriabá). **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada.** Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, DF, 2018.

FIDA. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia:** resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador- BA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020. Disponível em: <http://portalsemiar.org.br/wp-content/uploads/2020/12/eBook-vers%C3%A3o-PORT_Resultados-Cadernetas.pdf>. Acesso em: 13/06/2023.

FRANCO, C. T. S. **Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú.** Diário Oficial da União, nº 26, seção 1, Brasília- DF, 2012. p. 22-23.

G1/CE. **Demarcação da terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca, é homologada por Lula.** G1 Globo, Fortaleza-CE, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/04/28/demarcacao-da-terra-indigena-tremembe-da-barra-do-mundau-em-itapipoca-e-homologada-por-lula.ghtml>>. Acesso em: 01/02/2024.

GONDIM, J. M. **Seguindo trilhas encantadas:** humanos, encantados e as formas de habitar a Almofala dos Tremembé. Tese de doutorado- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo- USP. São Paulo-SP, 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2022.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=cor_ou_raca>. Acesso em: 02/02/2024.

IPECE. **Perfil Básico Municipal 2011:** Itapipoca. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará. Fortaleza-CE, 2011. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Itapipoca_2011.pdf>. Acesso em: 23/04/2024.

JALIL, L.; CARDOSO, E.; RODY, T. **As Cadernetas Agroecológicas e a Construção so saber feminista.** In: _____ (Orgs). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas.** Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.

MARAJOARA, T. 2015_UPMS_Oficina do Rio de Janeiro - Cultura Alimentar. Entrevista cedida a Raquel Freire para ao ALICE CES, Portugal. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-wNJwKsXj7o>>. Acesso em: 07 abr. 2024.

NETO, A. A. L. ; LOPES, I, L; FEITAL, A. **Caderneta Agroecológica e Feminismo:** o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer. Cadernos de Agroecologia, vol 10, nº 3, 2015. Disponível em: <<https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-e-feminismo-o-que-os-quintais-produtivos-da-zona-da-mata-tem-a-nos-dizer-298.pdf>>. Acesso em: 23/05/2023.

PINTO, A. L. A.; MATOS, M. J.; RUFINO, M. S. M. **O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 15-28, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/CmV5FVdztbxXxpcmypZvj9J/>>. Acesso em: 02/02/2024.

SANTOS, A.; MACHADO, T. L. **As mulheres no movimento indígena de Oiapoque: uma reflexão a partir da associação das mulheres indígenas em mutirão.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/80987>>. Acesso em: 23/05/2023.

SILVA, J. K. B.; FILHO, J. B. M. **Trocados e bater de bilros: histórias de vida de rendeiras em Canaan.** TESSITURAS- Revista de Antropologia e Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia- UFPEL, v. 10, n.º2, Pelotas- RS, 2022.

SOUSA, S. R.; CARNEIRO, M. L. S.; SANTOS, R. C.; FERREIRA, M. C.; CARMO, M. F. F.; CASTRO, F. K. B. Modos de Preparar Alimentos. *In:* _____ (Org). **Inventário Participativo da Cultura Alimentar Tremembé da Barra do Mundaú.** São Paulo: Associação Slow Food do Brasil, 2022.

SOUZA, M. M. O.; MEDRADO, J. S. **Agricultura indígena e Agroecologia: reflexões a partir dos conhecimentos tradicionais do Povo Karajá, Aruanã/Goiás.** Revista Territorial - Goiás, v.4, n.1, 2015.

TELLES, L.; ALVARENGA, C. **As Cadernetas Agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil.** *In:* _____ (Orgs). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas.** Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: <<https://bibliotecasemiariados.ufrv.br/bitstream/123456789/395/1/Texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 27/05/2023

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; ROCHA, E. L. **Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável.** *In:* THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA J. N. (Orgs). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável.** Rio de Janeiro, 2009.

TREMEMBÉ, A. No Ceará, terra dos Tremembé é ameaçada por resort espanhol. [Entrevista cedida a] Ciro Barros. **Pública**, 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol/>>. Acesso em: 23/04/2024.

TREMEMBÉ, M. Alimento e cura: o poder ancestral do óleo de Batiputá. [Entrevista cedida a] Camilla Lima. **Brasil de Fato**, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/31/alimento-e-cura-o-poder-ancestral-do-oleo-de-batiputa>>. Acesso em: 07 abr. 2024.

VIEIRA, R. A. **Mulheres Indígenas em movimento: um olhar sobre o protagonismo das mulheres Jenipapo-Kanindé, Aquiraz- CE.** Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Fortaleza, 2019.

WEITZMAN, R.; SCHOTTZ, V.; PACHECO, M. E. L. P. **Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional.** *In:* _____ (Orgs). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas.** Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.